PCP

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

X	**REQUERIMENTO**	**Número** 12 / x (1ª) Ae	Expeça-se
			Publique-se
	PERGUNTA	**Número** _____ / x (___ª)	27 / 11 /2009
			O Secretário da Mesa

Assunto: **Funcionamento e gestão do Hospital de S. Marcos no quadro da Parceria Público-Privado**

Destinatário: **Ministério da Saúde**

Exm.º Sr. Presidente da Assembleia da República

Desde o dia 1 de Setembro que o Hospital de S. Marcos passou a ser gerido pela Parceria Público-Privado, o consórcio Escala Braga, no quadro da decisão do 2.º governo PS/Guterres, prosseguida pelos governos PS/CDS-PP (2002/2005) e concluída pelo governo PS/Sócrates.
Era natural que algumas perturbações se pudessem verificar no contexto da transição de uma gestão pública para uma gestão privada de uma grande estrutura como o Hospital de S. Marcos.
Julgamos, contudo, que esses impactos não deveriam ou poderiam atingir as condições de atendimento dos doentes, ou pôr em causa o trabalho dos seus profissionais (particularmente médicos e enfermeiros).
Tal não aconteceu nem está a acontecer, apesar da resposta «pacificadora» da Sra. Ministra da Saúde à Pergunta N.º 2765/X/4, de 17 de Junho de 2009, do Grupo Parlamentar do PCP, a propósito do possível despedimento pela nova administração de 151 trabalhadores.
Há muitos caminhos para se atingirem os mesmos objectivos. Neste caso os objectivos de um grupo privado, o Grupo Mello, que são, como não poderia deixar de ser, a maximização dos lucros decorrentes dos investimentos feitos e a fazer. Tudo, sempre em nome e a coberto de uma mítica e mistificadora «eficácia» da gestão privada.
Numa breve síntese enuncio alguns factos e notícias que se foram verificando desde a data em que o consórcio assumiu a gestão do S. Marcos.

(i) Os problemas com profissionais do Hospital que, numa recente notícia sobre o tema (Público, 7 de Novembro de 2009), era traduzida assim: «Há um profundo descontentamento e uma enorme desmotivação nos profissionais que trabalham no Hospital Escala Braga (ex-Hospital de S. Marcos)».
Vários serviços viram reduzir-se o número de especialistas. Existe o risco de acabar o Serviço de Neurologia, ou de reduzir substancialmente o seu funcionamento, pois nenhum médico de neurologia aceitou o novo contrato que lhe foi proposto, com evidente instabilização dos seus doentes, em geral doentes crónicos (AVC, Alzheimer, Esclerose Múltipla, Epilepsia, etc.).
O Serviço de Gastrenterologia tinha 6, ficou com 3. O Serviço de Cirurgia Plástica viu sair 2 dos 4 que tinha. Demitiu-se a Directora Clínica.
Houve quem pedisse a passagem à reforma por não aceitar que «procedimentos técnicos sejam assinados por pessoas que não têm competência técnica». Faltam clínicos na área dos Cuidados Intensivos.

(ii) Os problemas verificados com a atribuição de fármacos a doentes crónicos (de neurologia, oncologia, urologia) por alteração dos procedimentos habituais na articulação consultas/volume de medicação. A falta de adequada informação prévia aos doentes, nem sequer o estabelecimento de qualquer prazo de transição que desse flexibilidade às alterações decididas, significou que alguns doentes se viram privados de medicamentos absolutamente necessários para a sua estabilidade física e psicológica.
A nova Administração, depois de negar inicialmente os factos, acabou por informar, posteriormente, que se tratou de uma má interpretação da Direcção da Farmácia Hospitalar. Não sabem os utentes abrangidos qual foi a instrução mal interpretada nem a Administração considerou importante responder à solicitação de reunião de urgência pela Associação TEM – Associação Todos com Esclerose Múltipla. O Presidente da ERS declarou publicamente ter decidido abrir um processo de inquérito para analisar a situação.
O problema ficou aparentemente resolvido com a ida mais frequente dos doentes ao Hospital, dada a redução das doses fornecidas pela Farmácia. Mas assinale-se que tal corresponde ao aumento do número de visitas hospitalares, o que significa perda de tempo e incomodidades e custos acrescidos para o utente, para uma formalidade burocrático-administrativa na renovação da prescrição/receita através de uma consulta médica fictícia, pois realizada sem a sua presença física!

(iii) Em entrevista do Presidente da Comissão Executiva do Hospital de Braga (Correio do Minho, 19 de Outubro de 2009), foram, julgamos que com alguma ligeireza na avaliação da gestão anterior, referidos os seguintes factos, como prova da ineficiência que existia: um bloco operatório que estava a funcionar a menos de 40% da capacidade – no mês de Setembro trabalhou quase a 20% – e que neste momento está a trabalhar a 70%, «O bloco funcionava da parte da manhã. Da parte da tarde praticamente não havia tempos operatórios»: tal situação no bloco operatório devia-se «À organização de serviços»; «O HSM, em 2009, tinha uma produção quase 10% inferior à de 2008. Quando analisámos as despesas com medicamentos, que representam 22% do total, verificámos que as mesmas aumentaram 10% no mesmo período. Alguma coisa estava mal: com menos doentes gastou-se mais dinheiro, porque não houve uma política correcta do medicamento».

(iv) Uma outra notícia (Diário do Minho, de 30 de Setembro de 2009) sobre o Hospital de Braga referia que vários serviços correram o risco de perder muitas centenas de milhar de euros que lhes eram anualmente atribuídos pela realização de investigação clínica, porque a anterior administração não terá tido o cuidado de salvaguardar, através de conta à ordem especial do Hospital, os montantes que os laboratórios e farmacêuticas pagam ao Hospital por ensaios clínicos e testes com medicamentos. Esses fundos eram utilizados por vários serviços como meio de aquisição de equipamentos julgados necessários. Ao que publicamente foi noticiado tais verbas foram para os cofres da ARS Norte, que agora não as quererá devolver, tendo em conta o quadro da nova gestão privada do S. Marcos.

(v) Uma questão que, não tendo o relevo das anteriores na qualidade do atendimento do Hospital, na garantia dos interesses e direitos dos seus profissionais, ou no bom uso dos dinheiros públicos, mas que é de um enorme simbolismo público, é a questão do nome oficial do actual Hospital de Braga, até Setembro passado designado por S. Marcos e do novo e futuro hospital em construção. Problema que teve já uma abordagem em sede da Assembleia Municipal de Braga. É que, subrepticiamente, sem que o problema, que se saiba, tivesse tido qualquer debate público ou institucional, o Hospital passou a ser denominado Hospital Escala Braga, tendo os novos proprietários passado a epigrafar e timbrar o papel suporte das suas diversas comunicações com esse título.

(vi) Em meados de Agosto, o Grupo Parlamentar do PCP dirigiu ao Ministério da Saúde a Pergunta N.º 4011/X/4, de 18 de

Agosto de 2009, a propósito do envio aos seus utentes de débitos de 2001 e sobre a nomeação do novo director do Hospital de S. Marcos. Referia-se na introdução da Pergunta que foram dezenas as reclamações de utentes do Hospital de D. Marcos relativamente à recepção de notas de débito referentes a actos médicos realizados desde 2001, e que, segundo notícias da imprensa regional, terão sido enviadas, durante os meses de Julho e Agosto, centenas de cartas a solicitar pagamentos referentes a taxas moderadoras, cirurgias, exames auxiliares de diagnóstico e consultas externas.
Além do facto de se estar, estranhamente, a fazer em 2009 cobranças por putativos serviços prestados em 2001 e anos subsequentes, dando 10 dias para pagamento e ameaças de processo contencioso caso não haja liquidação da «dívida», alguns utentes contestavam a dívida por nunca ter existido correspondente acto médico.
Por outro lado, foi muito estranho que o nome do novo Director do Hospital de S. Marcos tenha sido anunciado publicamente durante a Conferência de Imprensa dos Deputados do PS eleitos pelo círculo de Braga, realizada a 4 de Agosto, pela voz de um Deputado. Foi, no mínimo, uma estranhíssima incompreensão pela parte do PS, do Governo e do Grupo Parlamentar do PS da separação de poderes entre a Assembleia da República e o Governo. De facto, uma inaceitável e caciqueira promiscuidade.

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, solicito ao Governo que, por intermédio do **Ministério da Saúde** me sejam fornecidos os seguintes documentos e prestados os seguintes esclarecimentos:

(i) Uma cópia do Contrato de Gestão e respectivos anexos, referidos no N.º 1 do Despacho N.º 734/2009, de 12 de Janeiro;

(ii) Que instrumentos de monitorização e relatórios de avaliação estão previstos para o trabalho do «gestor de contrato cujas funções consistem em acompanhar em permanência a execução do contrato de gestão financeira», nos termos do N.º 5 do mesmo Despacho?

(iii) Que avaliação faz o Ministério da Saúde das consequências da redução do número de especialistas e outros profissionais em diversos serviços do Hospital, referida em (ii)? Quem assumirá a responsabilidade da possível degradação da qualidade e quantidade dos serviços prestados aos utentes?

(iv) Já há qualquer resultado das diligências decididas pela ERS relativamente aos problemas referidos em (ii) no tocante a medicamentação a fornecer pela Farmácia do Hospital a doentes crónicos? Como avalia o Ministério o comportamento da Administração do Hospital?

(v) Como avalia o Ministério da Saúde as críticas do actual Presidente da Comissão Executiva do Hospital relativamente à organização dos serviços e gestão das despesas com medicamentos, com evidentes reflexos na eficácia do funcionamento de alguns serviços hospitalares e na boa gestão dos dinheiros públicos? Que questionamentos foram feitos aos anteriores gestores e a que conclusão se chegou? Quais as consequências para esses gestores caso venham a verificar-se correctas as críticas ao seu trabalho que foram tornadas públicas?

(vi) Como vai o Ministério esclarecer e resolver os problemas referidos em (iv) relativamente às receitas obtidas da investigação clínica? Como vão os serviços que contavam com esses fundos para reequipar os seus meios de trabalho, resolver as carências detectadas? Vai o Ministério transferir para a nova gestão esses fundos?

(vii) Foi oficialmente autorizada pelo governo a nova designação do Hospital de S. Marcos como Escala Braga?

PCP

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Como se pode ter verificado a confusão, consolidada em notícias públicas, que fala do «ex-S. Marcos» versus «Escala Braga», sem que o Ministério da Saúde o tenha decidido? Quem vai ser, na tutela governamental do SNS, responsável pela decisão do nome do novo hospital em construção? Vai ser tida em conta a opinião da Assembleia Municipal de Braga?

(viii) Que esclarecimentos pode o Ministério da Saúde dar relativamente às questões referidas em (vi), escritas em Pergunta anterior do Grupo Parlamentar do PCP, sem qualquer resposta, nos termos regimentais?

Palácio de S. Bento, 26 de Novembro de 2009

Deputado:

Agostinho Lopes